ISSN- 2966-0785 REVISTA ACADÊMICA DA LUSOFONIA

A EXPRESSÃO POPULAR ATRAVÉS DO ARTESANATO: REFLEXÕES SOBRE O BORDADO E A CULTURA POPULAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)[1]

Carlos Roberto de Oliveira[2]

RESUMO

O presente artigo propõe refletir sobre a inserção das práticas artesanais, especificamente a técnica tradicional do bordado, enquanto dispositivo pedagógico na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O presente trabalho apoia-se na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, na Etnomatemática de Ubiratan D'Ambrosio, nos estudos de gênero e na sociologia da cultura contemporânea, que contribuem para desconstruir a ideologia patriarcal e articula os saberes populares com o conhecimento científico formal. Longe de configurar-se como mero passatempo na sala de aula, o bordado é aqui apresentado como instrumento de resistência, escrita visual e catalisador de processos identitários para os diferentes sujeitos historicamente excluídos pelo sistema educacional tradicional.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Bordado. Cultura Popular. Etnomatemática. Relações de Gênero.

ABSTRACT

This article reflects on the integration of artisanal practices—specifically the traditional technique of embroidery—as a pedagogical tool within Youth and Adult Education (EJA). The work draws upon Paulo Freire's Liberatory Pedagogy, Ubiratan D'Ambrosio's Ethnomathematics, gender studies, and the sociology of contemporary culture—frameworks that contribute to deconstructing patriarchal ideology and bridging popular knowledge with formal scientific knowledge. Far from being a mere classroom pastime, embroidery is presented here as an instrument of resistance, a form of visual writing, and a catalyst for identity-building processes among individuals who have been historically excluded by the traditional educational system.

Keywords: Youth and Adult Education. Embroidery. Popular Culture. Ethnomathematics. Gender Relations.

---

[1]* **Nota de transparência:** O autor declara que utilizou o modelo de linguagem grande Gemini (Google, 2026) como ferramenta de suporte exclusivamente para a revisão gramatical, eliminação de erros de digitação e adequação do texto às normas estritas da ABNT. Todo o conteúdo conceitual, análises reflexivas e relatos da práxis pedagógica contidos neste trabalho são de autoriaintelectual do pesquisador.

[2]Bacharel em Serviço Social, Pós Graduado em Serviço Social e Politica Social pela Universidade Estadual de Londrina, professor na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Fundamental I e assistente social da Prefeitura Municipal de Londrina.

ISSN- 2966-0785 REVISTA ACADÊMICA DA LUSOFONIA

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no cenário educacional brasileiro carrega consigo as marcas históricas de exclusão que estão permeadas pelas questões de gênero, raça e classe social. Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos no Brasil, desde a década de 1990, busca fazer com que o Estado deixe de tratá-la como um apêndice da educação básica, destinada à mera certificação, e passe a assegurar a garantia do direito ao acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade. A EJA abriga uma diversidade de sujeitos marcados por trajetórias de exclusão socioeconômica, inserção precoce no mercado de trabalho e ausência de políticas públicas nas diferentes áreas (saúde, assistência social, habitação, etc.) que levaram a interrupções sistemáticas no percurso escolar ou ao não acesso a ele. Trata-se de homens e mulheres, ,trabalhadores, migrantes, idosos e jovens,na sua maioria negros e pardos,das periferias urbanas que retornam à escola não apenas em busca da certificação institucional, mas movidos pelo desejo de ter acesso a um direito que lhes foi negado no passado e sentir inseridos na sociedade atual.

Asações pedagógicas direcionadas aos educandos da EJA,devem visar a superação dos modelos didáticos tradicionais, que historicamente se pautaram pela infantilização dos métodos e pela descontextualização e negação dos saberes que esses educandos trazem ao espaço escolar.Asim, umapráxisemancipadora na EJA exige, constitutivamente, a validação da bagagem cultural e da experiência de vida que os mesmos trazem consigo ao retornarem para a escola. Conforme a perspectiva freiriana, o educando não é uma tábula rasa, um recipiente vazio a ser preenchido por depósitos de um conhecimento bancário e alienante, mas um sujeito que traz uma leitura de mundo que precede a leitura da palavra.

As manifestações da cultura popular, por meio do artesanato tradicional, aparecem como um rico território de investigação e intervenção curricular. O presente artigo busca refletir e analisar, a partir de uma proposta de intervenção pedagógica, a escolha da técnica do bordado como eixo integrador de saberes. A origem desta ação pedagógica assentou-se na escuta ativa dos educandos por meio de rodas de conversa iniciais. O educador buscou integrar os conteúdos programáticos formais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com as linguagens estéticas populares e tradicionais.

ISSN- 2966-0785 REVISTA ACADÊMICA DA LUSOFONIA

A escolha do bordado como meio metodológico justifica-se por sua dimensão histórica, cultural e social, transmitida de geração em geração. Longe de ser compreendido como um ato puramente mecânico ou decorativo, o artesanato têxtil codifica narrativas, afetos, memórias e táticas de sobrevivência de comunidades inteiras. Contudo, a introdução de agulhas e linhas na sala de aula da EJA revelou, de saída, uma forte resistência inicial por parte dos educandos, visto que trazem consigo a concepção de uma educação de cunho tradicional, centrada no educador, na cópia e na memorização.

A intervenção realizada foi além de uma oficina de artes manuais, convertendo-se em um potente dispositivo de reflexão crítica sobre as assimetrias de gênero e de valorização dos conhecimentos trazidos pelos educandos em sala de aula. Assim, o objetivo geral deste artigo é analisar as múltiplas dimensões formativas do bordado no contexto da EJA, relacionando-o com o caráter histórico e a questão de gênero, de modo a contribuir para a desconstrução de estereótipos, resgatando ao mesmo tempo a cultura popular,de maneira crítica dos educandose interligandoo saber científico ao saber popular.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Historicidade do Bordado: Entre a Domesticação Disciplinar e a Tática de Resistência

Para compreender a potência do bordado como linguagem político-pedagógica contemporânea, faz-se necessário rastrear sua evolução dentro da história humana. A transição da costura utilitária para o adorno têxtil remonta aos primórdios da civilização. No período Mesolítico, a união de peles de animais por meio de fios feitos de fibras vegetais e tendões possuía uma função estritamente pragmática de proteção térmica e sobrevivência do homem biológico. No entanto, ao adentrar a Idade Antiga e a Idade Média, essa técnica de união transbordou sua dimensão funcional, incorporando um caráter ornamental, simbólico e de distinção social.

Na Europa medieval, o bordado estabeleceu uma simbiose profunda com as estruturas de poder, especialmente com a Igreja Católica, convertendo-se em instrumento litúrgico para a ornamentação de paramentos clericais, altares e vestes da nobreza. Com o advento das Cruzadas e a consequente expansão das rotas comerciais e militares, as técnicas ocidentais foram profundamente oxigenadas e complexificadas pela influência estética e técnica dos povos

orientais. Foi nesse período que o bordado começou a se consolidar como uma atividade eminentemente doméstica, transferida progressivamente para a esfera privada do lar e executada massivamente por mulheres, embora a produção corporativa masculina em oficinas urbanas não tenha sido completamente extinta.

Com o passar dos séculos, o ensino do bordado perpetuou-se através da tradição oral como um conhecimento associado ao gênero feminino. Todavia, a institucionalização e o controle dessa prática deram-se de forma incisiva por meio das ordens religiosas católicas. Os conventos assumiram a responsabilidade de integrar as artes agulheiras ao currículo acadêmico e catequético destinado às filhas da nobreza e da burguesia ascendente. Conforme demonstra Sousa (2012), essa atividade visava moldar o corpo e a mente da mulher abastada até meados do século XIX, circunscrevendo a educação feminina à preparação para os papéis de "boa esposa" e "mãe virtuosa". O manuseio delicado da agulha funcionava como um mecanismo de docilização dos corpos, associando ao papel da mulher, no âmbito doméstico, a paciência e a submissão como atributos ideais da feminilidade.

No contexto histórico brasileiro, essa lógica patriarcal tendeu a se reproduzir com requintes de exclusão. Inicialmente, o ensino das chamadas "prendas domésticas" e do bordado concentrou-se nos Recolhimentos, que eram instituições confessionais que abrigavam meninas órfãs, viúvas e esposas legítimas cujos maridos ausentavam-se em missões comerciais ou de exploração territorial. Nessas instituições, a costura e o bordado funcionavam tanto como atividade econômica de subsistência para o confinamento quanto como salvaguarda moral da integridade sexual feminina. Mesmo após o advento da República e a consequente laicização e expansão do ensino público formal, o currículo destinado às mulheres permaneceu impregnado por essa visão utilitarista e disciplinar. Ao longo de grande parte do século XX, as disciplinas de Economia Doméstica e Trabalhos Manuais perpetuaram nas escolas a função dos antigos conventos de adestrar as alunas para a perfeita gerência do lar e as prendas domésticas (SOUSA, 2012).

Contudo, a história da cultura popular demonstra que os mesmos instrumentos utilizados para a opressão e o adestramento podem ser ressignificados pelos sujeitos históricos como ferramentas de resistência. Certeau (1994), em sua clássica obra A Invenção do Cotidiano, busca estabelecer uma distinção fundamental entre as "estratégias" dos detentores do poder institucional

e as "táticas" desenvolvidas pelos subalternizados. Enquanto as estratégias delimitam lugares de poder e impõem regras rígidas, os sujeitos subalternizados operam por meio de táticas: astúcias cotidianas e reapropriações criativas que subvertem a lógica dominante a partir de dentro.

O bordado, sob a ótica antropológica, converteu-se em uma tática histórica de resistência e sobrevivência de comunidades excluídas pelo sistema capitalista e até em instrumento de denúncia no período de ditaduras na América Latina. Em muitas regiões do território brasileiro, principalmente no nordeste semiárido e nos vales de Minas Gerais, a produção têxtil artesanal migrou da condição de adorno doméstico submisso para um meio de sobrevivência de comunidades. Diante das crises climáticas sistemáticas, como as secas prolongadas, e dos períodos de restrição ecológica (como o fenômeno da piracema para as comunidades ribeirinhas), as mulheres apropriaram-se do bordado como principal fonte de renda familiar. Muitas artesãs transformaram fios e tecidos em meio de geração de renda e de sobrevivência e até de denuncia da realidade em que estão inseridas.

Internacionalmente, a manifestação mais contundente do tecido como linguagem política e de insurgência deu-se na América Latina durante a Ditadura Militar chilena comandada por Augusto Pinochet nas décadas de 1970 e 1980. Mulheres da periferia de Santiago, afetadas pelo desaparecimento político de seus maridos e filhos e pela miséria econômica decorrente do modelo neoliberal imposto pelo regime, organizaram-se em oficinas clandestinas sob a proteção de vicariatos da Igreja Católica para confeccionar as chamadas arpilleras. Utilizando retalhos de sacos de farinha e roupas velhas, costuradas e bordadas com figuras tridimensionais, essas mulheres registraram no pano as atrocidades cometidas pelo Estado: a tortura, a fome e o clamor por justiça. As peças artesanais eram contrabandeadas para o exterior, burlando a censura oficial e funcionando como correspondências visuais que denunciavam internacionalmente os crimes da ditadura. O bordado provou, historicamente, sua natureza transgressora, consolidando-se como uma escrita política operada por mãos tradicionalmente invisibilizadas (WEIMANN, 2013).

2.2 Memória, Identidade e Narrativas Autobiográficas na EJA

A introdução do artesanato têxtil no espaço escolar da Educação de Jovens e Adultos resgata trajetórias autobiográficas e ativa a memória coletiva dos educandos. O perfil dos educandos que buscam a EJA é composto, majoritariamente, por diferentes sujeitos que foram

excluídos do direito à escolarização formal em suas infâncias e juventudes devido à necessidade de sobrevivência material ou de exercer a função de cuidador(a). Muitos desses sujeitos trazem consigo a experiência da migração rural-urbana ou interregional, carregando em seus repertórios orais uma vasta gama de saberes tradicionais, técnicas agrícolas, culinárias, construtivas e artesanais que, comumente, são silenciadas ou desvalorizadas pelo saber acadêmico hegemônico.

Segundo a socióloga Ecléa Bosi (1994), o ato de lembrar não se reduz a uma reprodução passiva ou a um armazenamento estático de imagens do passado. Ao contrário, a lembrança é uma construção social ativa, um trabalho intelectual e afetivo que reconstrói o vivido à luz das demandas e dos desafios do tempo presente.

> A memória não é sonho, é trabalho. Se a lembrança é um bem que se conserva no recôndito da alma, o lembrar é uma ação exercida sobre esse bem (BOSI, 1994, p. 410).

Quando a escola abre espaço para que os educandos manejem a agulha e a linha, esse gesto mecânico dispara processos profundos de associação mnemônica. O toque no tecido, a escolha das cores e o movimento rítmico do bordar trazem à tona as figuras maternas, as infâncias deixadas para trás, as histórias ouvidas ao redor do fogão e as redes de solidariedade comunitária que sustentaram suas existências antes de sua migração, muitas vezes forçada, para a zona urbana. O resgate do passado e da memória, portanto, opera como um manancial de afirmação identitária, de saudades, de superação e de sofrimento vivenciado pelos educandos da EJA ao longo de suas trajetórias.

Segundo o antropólogo Stuart Hall (2006),as identidades culturais são construções históricas abertas, plurais e em constante processo de transformação. O resgate da cultura popular através do bordado permite a esses sujeitos costurarem as pontas rompidas de suas próprias histórias. A produção de um quadrado bordado contendo uma representação de sua casa de infância, de um homem ou animal de sua juventude, ou de uma frase de efeito autoral, funciona como uma externalização do seu eu. É a materialização de um fragmento de sua história, identidade e cultura que passa a ser validada dentro de uma instituição — a escola — que historicamentesempre negoua o saber popular.

Desse modo, o currículo escolar se transforma em uma arena de negociação cultural. Em vez de impor uma cultura erudita e eurocêntrica como padrão único de legitimação social, a pedagogia da acolhida, incorpora os saberes tradicionais como patrimônio cognitivo. A sala de

aula se transforma naquilo que o crítico cultural HomiBhabha (1998) denominou como sendo o "Terceiro Espaço": um local onde a cultura popular e a cultura escolar formal colidem, dialogam e geram novos sentidos, destituídos de relações puras de dominação e subordinação. Assim o ato de bordar é um ato epistemológico de escrita de si.

2.3 A Etnomatemática como Prática de Liberdade e Tomada de Consciência

A interface entre a manualidade artesanal e o pensamento formal encontra na Etnomatemática o seu principal alicerce epistemológico. Historicamente, os sistemas formais de ensino tenderam a apresentar o conhecimento matemático sob uma ótica eurocêntrica, abstrata e puramente técnica, desvinculada das realidades cotidianas e operando, com frequência, como um mecanismo implacável de exclusão e filtragem socioeducacional. Em contraposição a esse modelo tecnocrático, o matemático e educador Ubiratan D'Ambrosio formula a teoria da Etnomatemática, propondo que a matemática não deve ser encarada como uma ciência estática e universalmente neutra, mas sim como um conjunto de táticas, técnicas e mitos criados por diferentes grupos culturais ao longo do tempo para dar respostas e explicar os phenomena de seus contextos reais (D'AMBROSIO, 2001).

Na perspectiva d'ambrosiana, o prefixo etno abarca as variadas identidades culturais, com seus jargões, códigos e símbolos específicos, ao passo que matema se refere ao ato de explicar, conhecer e lidar com a realidade, e ticas alude às artes e técnicas desenvolvidas por esses agrupamentos (D'AMBROSIO, 2001). Sob essaótica, o saber operado pelas bordadeiras e artesãs tradicionais, não constitui uma forma inferior ou rudimentar de raciocínio, mas sim um complexo sistema de modelagem matemática viva. Ao manipular linhas e agulhas, o sujeito executa operações cognitivas sofisticadas de geometria espacial, proporcionalidade bidimensional, cálculo de preenchimento de áreas, contagem intervalar de pontos e simetria reflexiva, estabelecendo uma matemática que se faz corpo, gesto e textura.

A aproximação entre o conhecimento científico escolar e o saber artesanal popular ganha contornos pedagógicos práticos quando ancorada nos registros históricos da educadora e matemática inglesa Mary Everest Boole (1832-1916). Conforme os estudos de Anjos e Sousa (2013), Mary Boole desenvolveu, na transição entre os séculos XIX e XX, uma metodologia lúdica e sensorial fundamentada na confecção de cartões bordados e costuras geométricas. A

intenção de Boole consistia em introduzir conceitos altamente abstratos da geometria linear e das curvas parabólicas a sujeitos sem letramento formal por meio do tato e do movimento repetitivo do traçado dos fios. O educando, ao transpassar a agulha por pontos ordenados no papel ou no tecido, percebia visual e sensorialmente a emersão de formas parabólicas complexas a partir da interseção de retas físicas simples.

Esse resgate histórico e conceitual demonstra que a união entre a agulha e a régua promove o que Anjos e Sousa (2013) definem como a humanização do saber exato. Quando o currículo da EJA incorpora os cartões bordados inspirados na tradição booleana, opera-se uma inversão da lógica bancária da educação: o educando deixa de memorizar fórmulas estéreis e passa a produzir significado para os conceitos de retas paralelas, eixos de simetria e figuras tridimensionais a partir da sua própria produção cultural. A matemática, desse modo, deixa de figurar como um instrumento de dominação colonial-acadêmica e assume seu papel emancipatório, permitindo ao educando ler a estrutura geométrica do mundo através do tecido de sua própria história.

3 DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE REFLEXIVA DA PRÁTICA

3.1 Dinâmica Curricular e o Desafio Prático da Territorialização

A transposição de uma abordagem de cunho teórico-reflexivo para a práxis cotidiana no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, dentro de uma perspectiva popular, exige um planejamentosintonizado com o calendário escolar institucional, com as diretrizes curriculares emanadas das secretarias municipais de educação e com os diferentes saberes trazidos pelos educandos. A ação pedagógica que serve de base para as reflexões deste estudo estruturou-se em torno de uma oficina de arte têxtil articulada com o processo de alfabetização e pós-alfabetização.

Para além do fomento institucional, emergiu no cotidiano da prática uma barreira estrutural comum às escolas públicas periféricas em nosso país, que se acentua quando olhamos para a Educação de Jovens e Adultos, ou seja à escassez crônica de fomento material e financeiro direto para o desenvolvimento de atividades artísticas não tradicionais. Diante da ausência de repasses governamentais específicos para a Educação de Jovens e Adultos para a aquisição de insumos (panos de prato, fios de meada, agulhas de ponta cega), o corpo docente, com o apoio da Associação de Pais e Mestres (APM), da escola que atua o presente autor, Escola, foi viabilizada

a execução dessa ação pedagógica. Esse cenário de precariedade material valida as teses de Savioli (2009) acerca do caráter de resistência e do ativismo pedagógico que caracteriza o magistério público na periferia, onde os educadores frequentemente convertem seus próprios salários em recursos didáticos na urgência de garantir a universalização de práticas humanizadoras e quando olhamos para a EJA, tal precariedade se acentua muito mais, devido o não lugar dessa modalidade da educação básica na politica educacional brasileira.

A dinâmica da oficina foi intencionalmente demarcada pela dialogicidade freiriana e por uma ação pedagógica que garantisse a acessibilidade para todos os educandos. Ressalta-se que o princípio dialógico orientou toda a ação pedagógica e possibilitou uma relação horizontal entre educador e educando, rompendo com o ato de depositar ideias, como se os sujeitos da educação fossem meros receptores de informação. Assim, educandos e educador aprofundaram suas compreensões dos elementos que constituem a realidade, construindo novos significados em comum e superando as visões fatalistas da vida cotidiana (BRASIL, 2014).

Após trabalharem em sala de aula a história de Cora Coralina, acompanhada da leitura e interpretação de textos dos gêneros poesia e crônica escritos pela autora, os educandos reuniram-se em uma roda de conversa sobre o poema “Das Pedras”. Relacionando a obra com suas histórias e memórias afetivas, eles bordaram em toalhas de pano as palavras retiradas do poema que demonstraram mais significado para cada um. Também foram trabalhados os conceitos matemáticos de bidimensionalidade e tridimensionalidade a partir dessa atividade. O debate sobre gênero perpetuou-se durante todo o projeto, manifestando-se na leitura e reflexão sobre a história do bordado e sua conexão com o feminino, encarado inicialmente no Brasil como uma virtude a ser dominada pelas mulheres nos Recolhimentos para resguardar sua integridade sexual e prepará-las para o lar.

Os trabalhos posteriormente foram expostos, juntamente com produções de outros educandos da Educação de Jovens e Adultos, no saguão da Prefeitura do Município Omitido para Avaliação Cega].

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da cultura popular na Educação de Jovens e Adultos (EJA) provou-se uma estratégia pedagógica fecunda, multidimensional e dotada de profundo alcance político-social.

ISSN- 2966-0785 REVISTA ACADÊMICA DA LUSOFONIA

Ao longo da prática desenvolvida, evidenciou-se que as artes agulheiras, historicamente relegadas à esfera do feminino ou ao esquecimento pela atual sociedade tecnológica, possuem a potência de atuar como eixos estruturantes de um currículo emancipatório, integrando de forma harmoniosa as exigências normativas da BNCC e o ideário crítico da Educação Popular.

Segundo Freire (1987, p. 52), "a educação é um ato de conhecimento e uma aproximação crítica da realidade". Sob esse olhar, buscou-se por meio do bordado desfazer a barreira que comumente segrega o conhecimento formal acadêmico dos saberes trazidos pelos educandos. A articulação com a etnomatemática demonstrou que a geometria, a contagem e a proporcionalidade espacial ganham inteligibilidade humana e sentido prático quando mediadas pelo tato, pela textura e pelo gesto do trabalho artesanal. Não existe hierarquia entre o conhecimento científico e o popular; são saberes diferentes que se completam e dialogam, possibilitando a construção de novos significados.

No âmbito das relações de gênero, a ação pedagógica possibilitou valiosas contribuições à quebra de estereótipos presentes em nossa sociedade patriarcal. Tal ação visou à desconstrução do processo histórico de docilização, de domínio do corpo feminino e da binarização do trabalho e dos papéis sexistas. Essa iniciativa somou-se a outras ações executadas pelo educador por meio da roda de conversa, utilizada como estratégia pedagógica semanal há mais de cinco anos na mesma unidade de ensino. Assim, o espaço escolar consolidou-se como um território de ressignificação de identidades corporais e de visões de mundo.

Avalia-se que essa ação pedagógica logrou êxito ao converter o fazer artístico em um meio de vivência coletiva, contribuindo para o desenvolvimento intelectual, motor e de socialização entre os educandos, fortalecendo vínculos entre si e com o educador. Ademais, possibilitou às educandas participantes refletirem sobre suas vidas, compartilharem suas experiências e perceberem que o fato de estudarem na idade adulta é consequência tanto da desigualdade social quanto da desigualdade de gênero, decorrente da histórica exclusão da mulher do espaço público. Conclui-se que o bordado na EJA representa uma verdadeira escrita político-visual dos sujeitos oriundos das classes subalternas, provando que linhas simples e agulhas podem, sim, tecer os fios da libertação e do desenvolvimento cognitivo, contribuindo para uma educação mais emancipadora.

ISSN- 2966-0785 REVISTA ACADÊMICA DA LUSOFONIA

REFERÊNCIAS

ANJOS, Marta Figueredo dos; SOUSA, Giselle Costa de. Os cartões bordados de Mary Boole: uma proposta lúdica apoiada na história da matemática. In: ANAIS DO XI ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. Curitiba: SBEM, 2013. Disponível em: http://sbem.web1471.kinghost.net/anais/XIENEM/pdf/2168_1943_ID.pdf. Acesso em: 18 fev. 2018.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Marco de referência da educação popular para as políticas públicas. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014. Disponível em: https://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/MarcodeReferencia.pdf. Acesso em: 2 out. 2026.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SAVIOLI, Maria Regina. O ativismo pedagógico e a precarização do trabalho docente na escola pública. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 112-128, abr. 2009.

SOUSA, Giselle Costa de. O bordado vai à escola: tessituras de gênero, arte e história da matemática. Natal: Editora da UFRN, 2012.

WEIMANN, Guilherme. Bordar, ato transgressor? Carta Capital / Outras Palavras, 18 set. 2013. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/bordado-caminho-para-transgressao-7926.html. Acesso em: 18 fev. 2018.